

OS DESAFIOS DO SPED FISCAL PARA AS EMPRESAS

Belo Horizonte-MG

Fernanda Martins **LEMOS** (IC - nandove15@hotmail.com)¹

Lorena Camila Martins **ARAUJO** (IC - lorenalo90@hotmail.com)¹

Luciana Chaves **SILVA** (IC - lucianachaves35@yahoo.com.br)¹

Renato Luiz de **JESUS** (IC - renato.allana@yahoo.com.br)¹

Sabrina Louise **PEREIRA** (IC - sabrina_lpph@yahoo.com.br)¹

Thiago Moura de **CARVALHO** (IC - thiagohotmail@yahoo.com.br)¹

Milton **SILVA** (PQ – Miltinho.contabeis@gmail.com)¹

¹Faculdade de Minas - Faminas-BH

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Informação contábil. SPED Fiscal. Importância nas empresas.

APRESENTAÇÃO

A Contabilidade passou a utilizar-se de técnicas e ferramentas mais modernas com o passar do tempo. Com a invenção do papel (papiro) no Egito antigo, surgiram os primeiros registros manuscritos, os quais se tornaram defasados com a invenção da mecanografia, esta, por sua vez, posteriormente deu lugar a informática, pois hoje se vive em um mundo dominado pela tecnologia da informação, assim é natural que esse avanço tenha alcançado a Contabilidade, buscando uma maior integração dos registros contábeis.

Este trabalho visa demonstrar modernização tecnológica do Fisco Brasileiro, que foi obrigado a criar novos processos de informação para acompanhar o crescente desenvolvimento tecnológico das organizações e a complexibilidade do ambiente macroeconômico e microeconômico, surgindo assim o sistema público de escrituração digital (SPED).

De modo geral, o Sistema Público de Escrituração Digital está integrado na modernização da sistemática atual do comprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se do certificado digital para fim da assinatura dos documentos eletrônicos, garantido assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital [1].

Formalmente o SPED foi instituído pelo decreto n^o 6.022 de 22 de janeiro de 2007 e pela instrução normativa da Receita Federal do Brasil RFB n^o 787, de 19 de novembro de 2007. Neste projeto o governo se uniu às empresas com um objetivo comum, mudar a forma de emissão e armazenamento de documentos fiscais, além de alterar a escrituração fiscal e contábil, colocando todos definitivamente na era da informática [2].

O SPED faz com que todas as informações contidas nos livros contábeis e fiscais tradicionais sejam transformadas em arquivos digitais. Esses arquivos precisam obedecer a um formato padronizado e predefinido para informatizar a relação entre empresas e Receita Federal ou a secretaria da fazenda, uma vez que eles são transmitidos para esses órgãos em tempo real por meios eletrônicos, como, por exemplo, a internet. As obrigações do sped foram agrupadas em quatro grandes projetos:

- Nota fiscal eletrônica (NF-e)
- SPED fiscal (Escrituração Fiscal Digital- EFD),
- SPED Contábil (Escrituração contábil Digital – ECD)
- E o SPED folha (EFD – Social – Sefip, Rais, Dirf, Caged, Manad, entre outras).

A implementação do SPED vem ocorrendo gradativamente, conforme ramo da atividade da empresa ou da localidade onde está instalada. Até o final de 2012, todas as empresas sujeitas a tributação do imposto de Renda com base no lucro real, lucro presumido e também os optantes do Simples Nacional terão que aderir ao novo sistema.

A evolução da tecnologia da informação que se transforma cada vez mais rápido o cenário econômico e empresarial com impactos significativos em toda a sociedade, mostra como essas inovações nas atividades diárias das organizações sofrem mudanças, exigindo dos profissionais atualizações constantes e flexibilidade para se adaptarem a tantas inovações.

Após várias pesquisas e estudos que apontaram fraudes e perdas no sistema brasileiro de arrecadação, com intuito de ligar as transações tributaria, o Governo Federal desenvolveu um sistema de informação mais ágil e dinâmico, SPED fiscal a fim de unificar as informações contábeis e fiscais das empresas dentro das relações produtivas, a fim de aumentar a arrecadação de impostos e combater as fraudes, pois atualmente estão em vigor mais de 60 tributos no país divididos em impostos,

contribuições e taxas de melhorias e milhares de leis para regulamenta-los, este cenário propicio as falhas.

O SPED fiscal faz parte de um projeto do Governo Federal – PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, cujo objetivo é promover a aceleração do crescimento econômico no país, devendo, alcançar todas as pessoas jurídicas nos próximos anos onde as empresas terão a obrigatoriedade ao cumprimento dessas obrigações a partir de janeiro de 2011. Em resumo, entende-se que se tem como premissas: BRASIL [3].

- Melhor ambiente de negócios para as empresas nos pais;
- Dar as empresas capacidade de competitividade extinguindo a concorrência desleal;
- Documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- Promover o compartilhamento de informações;
- Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;
- Redução de custos para o contribuinte;
- Mínima interferência no ambiente do contribuinte;
- Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração.

As empresas tem se empenhado bastante para cumprirem as exigências do Governo Federal, já que as informações no qual o fisco terá acesso poderão acarretar às empresas multas ou acréscimos na tributação, se por ventura as empresas não se adequarem nas normas do sistema tributário brasileiro [4].

Por isso este novo processo obriga ao profissional contábil ampliar os seus conhecimentos, já que a implementação deste sistema é obrigatório para as empresas que terão que enviar ao fisco em tempo integral todas as informações necessárias, e qualquer informação precipitada sem os devidos conhecimentos poderá acarretar danos à organização.

Portanto a implementação do SPED Fiscal busca integrar os fiscos através da padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, uniformizar

as obrigações acessórias ao estabelecer à transição única destas obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores e também com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso as informações e a fiscalização mais efetiva das operações ligando dados e com isso identificar com mais agilidade e presteza os ilícitos tributários [5]. Com a implementação do SPED, as informações estejam disponíveis em um leiaute estruturado para o fisco para realizar o cruzamento que apontam inconsistência e o contribuinte terá a diminuição da quantidade de declarações a ser entregues. O Projeto SPED trará mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo benefícios aos contribuintes e as administrações tributárias”.

A partir da real implementação do sistema Público de Escrituração Digital, e para que as empresas possam desfrutar dos benefícios esperados será necessário tempo e investimentos.

DESENVOLVIMENTO

Devido as grandes mudanças tecnológicas as empresas, juntamente com os contadores, terão que se adequar as novas normas da Receita Federal, com isso surgiram alguns desafios para implementação do SPED nas empresas.

A presente pesquisa compreende o estudo de utilização e implementação do SPED. Utilizando-se questionário de pesquisa para abordar as opiniões e dificuldades da empresa na implementação do SPED . O método para definição da empresa entrevistada é classificada como amostragem não probabilística denominada amostra intencional que consiste em identificar e selecionar as características desejadas da pesquisa. A responde da pesquisa Ludmila Moura de Carvalho, Analista Contábil , trabalha na empresa SIMPLEX Equipamentos LTDA.

Fizemos está pesquisa mediante contato por e-mail, segundo a respondente o SPED Fiscal, veio para unificar ainda mais a relação das empresas com o fisco, mas no inicio tiveram uma dificuldade para implementação do SPED, onde tiveram que importar todas as informações que eram registradas em livros , para o programa SPED, onde ocorrerão erros e divergências, mas os profissionais contábeis foram eficazes para corrigi-los.

A respondente ressalta que o SPED, Sistema Publico de escrituração digital é de fácil acesso, não tem muito problemas na utilização, é bem aceito por todos já que o sistema veio simplificar, reduzir gastos nas utilizações acessórias, redução de custos

para as empresas já que não será mais necessária a impressão de livros sendo que os armazenamentos agora serão digitais.

Diante das afirmações do respondente que utilizam o SPED, as percepções quanto aos benefícios estão de acordo com referencial apresentado, de que é imprescindível a participação de um profissional contábil aliado ao profissional da tecnologia da informação. A empresa pesquisada só vê benefícios para a empresa com a implementação do SPED já que a uniformização e a qualidade na transmissão de dados, colaborando para a redução de ilícitos tributários e a redução de custos operacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste artigo e alcançar foram evidenciar os desafios na implementação do SPED, nas empresas, confirmando o fundamento referente à apresentação do trabalho proposto. Quanto aos benefícios verificou-se que os mais citados foram:

- Redução de custos;
- Informatização, segurança e agilidade de transmissão de dados;
- Simplificação do processo envolvido nas obrigações acessórias;
- Oportunidade para o crescimento e desenvolvimento tecnológico das empresas.
- Redução de fraudes perante o fisco.
- Principais problemas enfrentados pelas empresas para atender ao SPED.
- Importar os arquivos para o programa SPED.

A empresa pesquisada nós provaram que não tiveram dificuldades na implementação do SPED Fiscal, pois já se encontrava no ambiente pessoas qualificadas para atenderem as normas da Receita Federal.

Como sugestão para os trabalhos futuros, propõe-se uma nova pesquisa abrangendo mais empresas ou, fazer uma edificação mais detalhada, pesquisando mais empresas, de como se dá o funcionamento e o envio dos dados gerados pelo SPED para base de dados do governo.

AGRADECIMENTOS: Aos discentes do 4º período do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faminas-BH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: [1] AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. In: *SPED: Sistema Público de Escrituração Digital*. São Paulo: IOB, 2009.
[2] BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: *Sistema Público de Escrituração Digital*.
[3] BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: *Sistema Público de Escrituração Digital*.
[4] INTERNEWS, PORTAL DE CONTABILIDADE. SPED - Sistema Público de Escrituração Contábil. São Paulo.
[201-?]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/sped.htm>>
Acesso em: 27 mar. 2010.
[5] AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. In: *SPED: Sistema Público de Escrituração Digital*. São Paulo: IOB, 2009.

Área do Conhecimento (CNPq): 6.02.04.00-1- Ciências Contábeis.